# MEMORANDO

|  |  |
| --- | --- |
| **Para:** | Membros do Conselho de Educação Fundamental e Secundária |
| **De:** | Russell D. Johnston, comissário em exercício |
| **Data:** | 19 de fevereiro de 2025 |
| **Assunto:** | Determinação de competência: Proposta de emendas aos Regulamentos sobre o MCAS e Determinação de Competência, 603 CMR 30.00 (abordando mudanças na lei) |

Na reunião do Conselho de Educação Fundamental e Secundária (Conselho) deste mês, apresentarei uma proposta de emendas a 603 CMR 30.00, os regulamentos relativos ao padrão para a determinação de competência, para uma votação a fim de solicitar comentários públicos. Com a aprovação do Conselho, o Departamento de Educação Fundamental e Secundária (Departamento/DESE) fará uma consulta pública sobre os regulamentos propostos e, em seguida, apresentará os comentários e quaisquer revisões recomendadas ao Conselho para a ação final em maio de 2025.

Desde o outono, o Conselho discutiu a questão da determinação de competência e os novos requisitos legais em quatro reuniões, incluindo a reunião especial de 10 de fevereiro de 2025, que foi dedicada a este assunto. As emendas propostas aos regulamentos são baseadas nas discussões do Conselho e foram elaboradas para focar na aprendizagem dos alunos e promover a equidade acadêmica para todos os alunos. As principais disposições das emendas propostas incluem o seguinte:

1. Alinhar os regulamentos ao novo texto da lei.

De acordo com os regulamentos atuais, um aluno obtém a determinação de competência ao atingir uma pontuação de qualificação nas avaliações do MCAS. Nos regulamentos emendados, essas disposições obsoletas foram excluídas.

1. Definir os termos para proporcionar clareza.

A nova lei introduz termos como “demonstrar domínio” e “concluir satisfatoriamente o curso”. Os regulamentos emendados definem esses e outros termos para mais clareza e consistência.

1. Especificar os requisitos mínimos para obter a determinação de competência.

Os regulamentos emendados incorporam a exigência da nova lei de que os alunos demonstrem domínio de um conjunto comum de habilidades, competências e conhecimentos em determinadas áreas **e** também concluam satisfatoriamente cursos em determinadas áreas. Além disso, os regulamentos emendados especificam a forma de os alunos atenderem ao requisito de concluir satisfatoriamente os cursos, da seguinte forma:

Para Língua Inglesa, o aluno deverá: (i) concluir satisfatoriamente os estudos equivalentes a dois anos da disciplina de Língua Inglesa do ensino médio.

Para Matemática, o aluno deverá: (i) concluir satisfatoriamente os estudos das disciplinas de Álgebra I e Geometria; ou (ii) concluir satisfatoriamente os estudos das disciplinas de Matemática Integrada I e Matemática Integrada II.

Para Ciências, o aluno deverá: (i) concluir satisfatoriamente os estudos de um ano de Biologia; ou (ii) concluir satisfatoriamente os estudos de um ano de Física; ou (iii) concluir satisfatoriamente os estudos de um ano de Química; ou (iv) concluir satisfatoriamente os estudos de uma disciplina de Tecnologia ou Engenharia.

1. Acrescentar “uma área adicional determinada pelo Conselho”

A nova lei autoriza o Conselho a acrescentar áreas à determinação de competência, incluindo história/ciências sociais e línguas mundiais. Os regulamentos emendados acrescentam História dos Estados Unidos às áreas incluídas na determinação de competência, começando com a turma de formandos de 2027.

1. Oferecer opções para atender às necessidades dos alunos

Alguns alunos que se matriculam no ensino médio podem não ter um histórico escolar tradicional de suas disciplinas e notas anteriores. Por exemplo, alguns alunos podem ter sido educados em casa anteriormente ou podem ter vindo de outro estado ou país. Os regulamentos emendados estabelecem que, nessas circunstâncias limitadas, quando um distrito[[1]](#footnote-2) não puder documentar as matérias anteriores de um aluno, o aluno poderá obter a determinação de competência obtendo uma pontuação de qualificação de pelo menos os níveis de desempenho “Atendendo às Expectativas” ou “Superando as Expectativas” na avaliação relevante do MCAS para o ensino médio. O aluno também pode obter a determinação de competência ao atender ao padrão de um equivalente substituto que o distrito certifique que satisfaz os mesmos padrões acadêmicos. Os regulamentos emendados também incluem uma disposição que permite que o Comissário dispense uma disposição dos regulamentos por justa causa, mediante solicitação por escrito de um distrito.

1. Oferecer supervisão

Os regulamentos emendados especificam que os distritos devem adotar uma política de determinação de competência, que deve ser aprovada pelo corpo diretivo do distrito. Além disso, os distritos devem publicar as políticas em seus sites e apresentar as políticas e os requisitos locais de graduação ao Departamento. Os distritos devem certificar ao Departamento que cumpriram essas disposições. Os regulamentos emendados também especificam que o Departamento auditará a qualidade das políticas de determinação de competência dos distritos.

Rob Curtin, diretor de Dados, Avaliação e Responsabilidade, participará conosco da discussão na reunião do Conselho em 25 de fevereiro de 2025.

Em anexo, há uma versão dos regulamentos com as alterações, acompanhada de uma moção para solicitar comentários públicos sobre as emendas propostas.

Anexos:

603 CMR 30.00 Versão riscada dos regulamentos que mostra as emendas propostas

Moção: 603 CMR 30.00

1. Os regulamentos emendados definem o termo “distrito” de forma ampla para incluir “qualquer outra escola pública estabelecida por estatuto ou regulamento, que atue por meio de seu conselho administrativo ou diretor”. [↑](#footnote-ref-2)